

Ministério  
da Fazenda

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Estes ativos apresentaram a seguinte movimentação no período abaixo indicado:

	Saldo em 30.06.2010	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2011
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para Risco de Crédito	898.259	317.902	(240.537)	975.624
Auxílio pós-emprego	410.524	19.855	(25.267)	405.112
Outras Provisões	174.560	29.092	(36.426)	167.226
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.483.343</b>	<b>366.849</b>	<b>(302.230)</b>	<b>1.547.962</b>
<b>Imposto de Renda Diferido (25%)</b>	<b>370.836</b>	<b>91.712</b>	<b>(75.557)</b>	<b>386.991</b>
<b>Contribuição Social</b>				
Provisão para Risco de Crédito	898.259	317.902	(240.537)	975.624
Auxílio pós-emprego	410.524	19.855	(25.267)	405.112
Outras Provisões	167.527	29.093	(36.426)	160.194
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.476.310</b>	<b>366.850</b>	<b>(302.230)</b>	<b>1.540.930</b>
<b>Contribuição Social Diferida (15%)</b>	<b>221.446</b>	<b>55.027</b>	<b>(45.334)</b>	<b>231.139</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos</b>	<b>592.282</b>	<b>146.739</b>	<b>(120.891)</b>	<b>618.130</b>

Partic. Créd. Trib. no Patrim. Referência	30,98%	-	-	31,81%
Partic. Créd. Trib. Ativo Total	7,35%	-	-	6,56%

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

#### c) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A expectativa de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos, em 30 de junho de 2011, apresenta-se da seguinte forma:

CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA	2011	2012	2013	2014	2015	APÓS 2015	TOTAL
<b>Crédito Tributário de Imposto de Renda</b>	<b>57.949</b>	<b>35.700</b>	<b>42.813</b>	<b>32.620</b>	<b>31.383</b>	<b>186.526</b>	<b>386.991</b>
Crédito Tributário de Contribuição Social	34.769	21.420	25.688	19.572	18.830	110.860	231.139
<b>TOTAL DOS CRÉDITOS - Valor Nominal</b>	<b>92.718</b>	<b>57.120</b>	<b>68.501</b>	<b>52.192</b>	<b>50.213</b>	<b>297.386</b>	<b>618.130</b>
Taxa média de captação ao ano (%)	12,07	11,90	10,62	10,01	9,56	-	-
<b>TOTAL DOS CRÉDITOS - Valor Presente</b>	<b>82.732</b>	<b>45.548</b>	<b>49.380</b>	<b>34.199</b>	<b>30.031</b>	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

#### d) Créditos tributários não ativados

O Banco possui créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$66.480 (R\$43.925 em 2010). Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização dos mesmos ultrapassarem os 10 (dez) anos definidos no estudo técnico como critério para ativação.

O Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal nem base negativa de contribuição social.

## 16. Desdobramento das Contas de Resultado

### a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2011	2010
<b>Rendas de administração de fundos e programas</b>	<b>188.182</b>	<b>198.808</b>
Rendas de administração do FNO	181.623	141.902
Rendas de administração do FINAM	3.598	51.703
Rendas de administração do FDA	-	3.652
Demais rendas	2.961	1.551
<b>Rendas de tarifas bancárias</b>	<b>27.311</b>	<b>27.238</b>
Pessoa física	10.291	9.497
Pessoa jurídica	17.020	17.741
<b>Rendas de outros serviços</b>	<b>8.359</b>	<b>10.539</b>
Tarifas de operações de crédito	1.015	3.249
Demais rendas	7.344	7.290
<b>TOTAL</b>	<b>223.852</b>	<b>236.585</b>

### b) Despesas de pessoal

	2011	2010
Honorários	1.929	1.597
Benefícios	19.965	17.918
Encargos sociais	41.511	38.595
Proventos	85.383	95.725
Treinamento	1.142	1.725
Remuneração de estagiários	2.177	1.969
<b>TOTAL</b>	<b>152.107</b>	<b>157.529</b>

### c) Outras despesas administrativas

	2011	2010
Água, energia e gás	3.856	3.558
Aluguéis	3.772	2.578
Processamento de dados	23.442	11.423
Despesas de comunicações	14.514	15.606
Manutenção e conservação de bens	5.043	4.765
Despesas de material	1.398	1.857
Serviços de terceiros	5.559	4.030
Vigilância e segurança	6.556	5.572
Despesas de serviços do sistema financeiro	9.313	8.496
Despesas de promoções e relações públicas	2.261	2.621
Despesas de propaganda e publicidade	4.471	1.887
Despesas de serviços técnicos especializados	2.621	2.798
Despesa de transporte	4.073	3.355
Despesas de viagens	3.817	2.724
Despesas de depreciação	7.538	7.216
Despesas de amortização	6.963	8.354
Demais despesas administrativas	3.572	3.346
<b>TOTAL</b>	<b>108.769</b>	<b>90.186</b>

### d) Despesas tributárias

	2011	2010
ISS	1.985	1.685
COFINS	23.372	23.916
PIS/PASEP	3.798	3.886
Demais tributos	1.219	1.328
<b>TOTAL</b>	<b>30.374</b>	<b>30.815</b>

### e) Outras receitas e despesas operacionais

	2011	2010
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>130.061</b>	<b>115.282</b>
Del credere - FNO	32.299	43.625
Demais rendas operacionais	12.334	10.546
Recuperações de operações do FNO	3.694	3.301
Receita de variação de taxa de câmbio	3.376	2.877
Recuperação de encargos e despesas	2.600	8.737
Imposto de renda	-	8.755
Rendas sobre depósito compulsório	2.859	1.781
Demais receitas	7.436	7.628
<b>TOTAL</b>	<b>162.360</b>	<b>158.907</b>

	2011	2010
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>112.958</b>	<b>96.159</b>
Despesas de provisão - FNO	25.355	41.942
Atualização de benefícios pós-emprego	4.084	-
Apuração de responsabilidade	1.787	3.094
Despesas de fundos de investimento	5.368	7.320
Despesas de variação de taxa de câmbio	4.773	6.270
Passivos judiciais e legais	3.590	2.437
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	-	5.225
Projeto excelência tecnológica	11.954	-
Despesas com agravamento de operações	7.576	-
Despesas pós emprego - assistidos	8.299	-
Despesas pós emprego - auxílio saúde	7.196	5.739
Demais despesas operacionais	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>192.940</b>	<b>168.186</b>

## 17. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O Fundo de Investimentos da Amazônia S/A (FINAM), criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974 é um benefício fiscal concedido pelo governo federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Amazônica. O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. As regras desse Decreto-Lei foram alteradas ao longo do tempo e, atualmente, estão vigentes as novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais, estabelecidas na Lei nº 8.167/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 101/1991 e alterações posteriores. Com a edição da Portaria Interministerial nº 158, de 30 de julho de 2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, ficou estabelecido a remuneração devida ao Banco operador da administração dos Fundos de Investimentos Regionais de 3% a.a, incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo. No semestre, não houve repasse de recurso por parte do Tesouro Nacional.

Com o ingresso de outras fontes de recursos como: amortização de debêntures e venda direta de ações, ocorreu amortização de R\$15.298 do valor que se encontrava registrado no ativo (Rendas a Receber), referente à taxa de administração devida pelo FINAM. Permanece registrado nessa rubrica de Rendas a Receber o montante de R\$20.521 (R\$50.003 em 2010).

No semestre foi reconhecido como Receita de Prestação de Serviço o valor de R\$3.598 (R\$51.703 em 2010).

## 18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), alterada pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas. Através do Decreto nº 4.254/2002, foi aprovado o regulamento desse Fundo, tendo como agente operador as instituições financeiras federais.

Neste semestre, não ocorreram liberações, não gerando, portanto, taxa de administração. Em 30 de junho de 2011, o Banco tem registrado, em Passivos Contingentes a título de provisão para fazer face ao risco de 2,5%, o montante de R\$138 (R\$114 em 2010).

## 19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2011	2010
Taxa de administração <sup>(1)</sup>	181.623	141.902
Del-credere <sup>(2)</sup>	130.061	115.282
Recuperação de operações <sup>(3)</sup>	12.334	10.546
Remuneração do disponível <sup>(4)</sup>	(114.641)	(67.924)
Desp. provisão (risco compartilhado) <sup>(5)</sup>	(112.958)	(96.159)

1. Taxa de administração de 0,25% a.m. incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência, de acordo com a metodologia definida pelo Decreto nº 5.641/2005 e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do PRONAF, na forma do Manual de Crédito Rural (MCR) Cap. 10;
2. Del-credere de 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferiu del-credere, por estar isento de risco;